



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 328/11


Altera o art. 1º, da Lei nº 15.625, de 05/09/2007, que declarou de utilidade pública o Instituto Social Assembleia de Deus Reboucense – ISADER, com sede e foro no Município de Rebouças. (Nova denominação - Instituto Social Filadélfia)

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, da Lei nº 15.625, de 05 de setembro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica modificada a denominação da entidade Instituto Social Assembleia de Deus Reboucense – ISADER, declarada de utilidade pública pela Lei nº 15.625, de 05 de setembro de 2007, para Instituto Social Filadélfia, com nome fantasia Filadélfia.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 05 de março de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR

70012

[Handwritten signature]



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 519/11

Declara de utilidade pública a entidade Ação Social Amor Maior (ASAM), com sede e foro no Município de Campo Largo.



Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade Ação Social Amor Maior (ASAM), com sede e foro no Município de Campo Largo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 05 de março de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 819/11

Denomina "Viveiro Florestal *Felipe Roberto Diapp*" ao Viveiro de Mudas da Regional de Curitiba, no Guatupê.

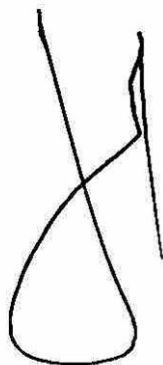
Art. 1º Fica denominado "Viveiro Florestal *Felipe Roberto Diapp*" o Viveiro de Mudas da Regional de Curitiba, no Guatupê.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 918/11

Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Arnaldo Monteiro Bach.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Arnaldo Monteiro Bach.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2012


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.
Fls. 02
P

Projeto de LEI Nº 493, DE 2011.

IDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 08 JUN. 2011

1º Secretário

Súmula: OBRIGA AÇOUQUES E
SUPERMERCADOS A FORNECEREM
INFORMAÇÕES SOBRE SEUS
PRODUTOS E RESPECTIVOS
FORNECEDORES.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta a
seguinte Lei:

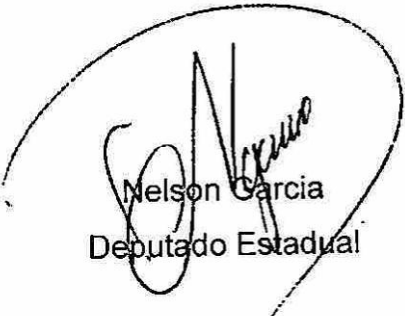
Art. 1º - Os Açougues, Supermercados ou Comerciantes de
carnes, em geral, ficam obrigados a expor, em local visível aos consumidores, o
nome, telefone e endereço do frigorífico fornecedor do produto colocado à venda.

Art. 2º - O não cumprimento desta lei acarretará as penas e
multas prevista no Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078, de 11 de
setembro de 1990, cujos valores serão revertidos em valor do Fundo Estadual de
Defesa do Consumidor – FECON.

Art. 3º - Caberá ao PROCON (Coordenadoria Estadual de
Proteção e Defesa do Consumidor) a fiscalização do cumprimento da presente
Lei.

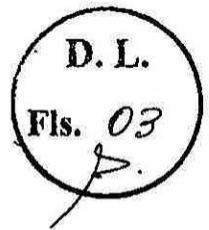
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em ____ de ____ de 2011.


Nelson Garcia
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Justificativa.

Diante da dificuldade de se manter um eficiente controle da qualidade de produção vendidos no varejo, fora de suas embalagens originais, se faz necessário criar meios capazes de amenizar a inserção de produtos de qualidade duvidosa no mercado, diminuindo desta forma a atuação indiscriminada de frigoríficos clandestinos, bem como o risco de se levar a mesa do consumidor um alimento que ofereça danos a saúde.

Tal lei dará ao próprio consumidor o direito-dever de denunciar em casos de informações controversas ou duvidosas, ou seja, se as informações contidas nas notas não estiverem concordes com os produtos expostos na vitrine, o produto em questão poderá ter origem duvidosa.

Outra irregularidade que será possível identificar, diz respeito à aquisição do produto, pois em razão da rotatividade de produtos no estabelecimento, uma nota fiscal com data de muitos dias colocaria aquela mercadoria como suspeita.

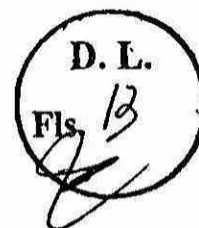
A Constituição Federal e Estadual asseguram ao estado a competência legislativa sobre consumo e proteção à saúde.

No mesmo norte, o Projeto de Lei em comento, não se insere dentre aqueles de atribuição privativa do Poder Executivo.

Desta Forma, espero o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, cujos benefícios ao consumidor são inegáveis e certamente, também terão o apoio do setor.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 493/11

Projeto de Lei nº 493/11

Autor: Deputado Nelson Garcia

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por finalidade obrigar os açougues, supermercados ou comerciantes de carne, em geral, a exporem, em local visível aos consumidores, o nome, telefone e endereço do frigorífico fornecedor do produto colocado à venda.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Conforme Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição estadual do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador- Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Por conseguinte, cumpre abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, inciso V e VII, que dispõe a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito ao consumo e à responsabilidade por dano ao consumidor, conforme segue:

Art. 24. compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V – produção de consumo;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



(...)

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turismo e paisagístico;

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida e a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se o assunto corresponde ao direito do consumidor à informação.

O artigo 6º da Lei 8.078 DE 1990, que instituiu o Código de defesa do consumidor no Brasil, cita sobre os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, senão vejamos:

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Na mesma esteira, verificamos o artigo 31º, que trata sobre oferta, vejamos:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.



Como o projeto de Lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, a mesma possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.

Diante do exposto, o projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.

Por fim, quanto à técnica legislativa e, com o objetivo de sanar o vício apresentado no artigo 3º do Projeto de Lei ora em tela, que atribui função ao Executivo, propõe-se uma Emenda Modificativa, nos termos do artigo 23, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

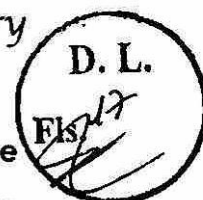
III – Apresentar substitutivos, emendas e subemendas.

Neste sentido, dispõe o artigo 137, § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas substitutivas, aditivas ou modificativas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pelas aprovação do presente Projeto de lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da Emenda Substitutiva em anexo.

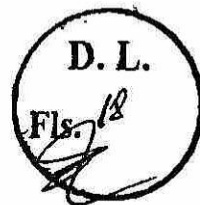
Sala das Comissões, em 29 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 493/2011

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa o art. 3º do Projeto de Lei nº 493/11 a contar com a seguinte redação:

Art. 3º. A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.

Comissão de Constituição e Justiça

Relator

[Assinaturas manuscritas]

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 493/11

PREÂMBULO

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nelson Garcia, visa obrigar açougues e supermercados a fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores.

DA TRAMITAÇÃO

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Esta matéria visa criar meios capazes de amenizar a inserção de produtos de qualidade duvidosa no mercado.

O nobre autor, através da aprovação desta medida, diminuirá a atuação indiscriminada de frigoríficos clandestinos em nosso Estado, através de um maior controle nesta área

O controle dar-se-á pela exposição de informações acerca do nome, telefone e endereço do fornecedor.

Em sendo assim, o projeto é extremamente meritório, louvável a iniciativa do nobre parlamentar.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer ela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões,


DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR








COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei nº
493/2011

Projeto de Lei nº 493/2011 – "Obriga açougues e supermercados a fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores."

Chamada esta Comissão Permanente a opinar sobre o Projeto de Lei nº 493/2011, de autoria do digníssimo Deputado Nelson Garcia, coube a este parlamentar apresentar parecer à comissão.

Trata-se de um Projeto de Lei que: "Obriga açougues e supermercados a fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores".

O Projeto de lei em tela já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, bem como da Comissão de Indústria e Comércio.

No que tange a competência regimental desta Comissão, o projeto atende aos princípios constitucionais e legais no que concerne a Saúde Pública.

A intenção do autor é de extrema importância e garantirá o respeito à saúde do consumidor. Evitando a inserção de produtos de qualidade e procedência duvidosa tanto da carne como de seus derivados, o consumidor pode fazer o controle dos alimentos que esta consumindo, o que é de suma importância à manutenção da saúde.

Além da questão da saúde pública o projeto apresenta importância também econômica, pois indiretamente coíbe a comercialização de carne proveniente de roubo, desvio ou de origem clandestina, sem a devida impressão sanitária.

Com toda esta contribuição à saúde pública, somos **FAVORÁVEIS** ao prosseguimento do projeto de lei.

Sala das comissões, 28 de Setembro de 2011.

Dep. Dr. Batista
Presidente

Dep. Luiz Eduardo Cheida
Relator

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kliese - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Mello

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 493/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Indústria e Comércio e da Comissão de Saúde Pública, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor.

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Nelson Garcia, a obrigatoriedade legal da informação sobre a origem dos produtos comercializados em açougues e supermercados no Estado do Paraná.



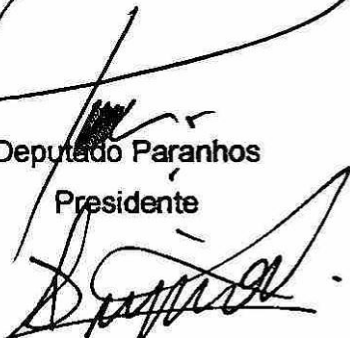




Esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que tal medida visa garantir ao consumidor a ampla informação sobre a qualidade dos produtos que está adquirindo, notadamente por tratar-se de gênero alimentício de curto prazo de validade, acaso não condicionado adequadamente.

Assim, é o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 493/2011.

Sala de Reuniões, 06/12 de 2011.

Deputado Paranhos
Presidente

Deputado Pedro Lupion
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA
DE PLENÁRIO

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 493/11

Conforme prevê o art. 137 do Regimento Interno desta Casa de Leis, Em 07/02/12, apresentamos a presente emenda modificativa e supressiva ao Projeto de Lei 493/11, de autoria do Ilustre Deputado Nelson Garcia, que tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade dos açougues e supermercados fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores.

Art. 1º - Altera a redação do art. 2º e acrescenta-lhe parágrafo único passando a ter a seguinte redação:

"Art. 2º. O não cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei acarretará aplicação das sanções previstas na forma do art. 56 e art. 57 da Lei Federal 8.078 de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor:

Parágrafo único. O Procon/PR e os Procons Municipais farão a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei, e o valor da multa arrecadada será revertido para o Fundo pertinente à pessoa jurídica de direito público que impuser a sanção, gerido pelo respectivo Conselho Gestor, nos moldes do disposto no Decreto Federal 2181/97."

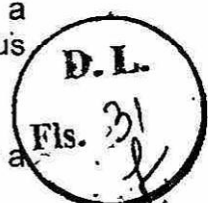
Art. 2º. Fica suprimido o art. 3º do Projeto de Lei nº 493/2011, renumerando-se o art. 4º como art. 3º.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2012.

Deputado Ademar Traiano

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta pela presente emenda se justifica pelo fato de que como o Procon/PR e os Procons Municipais farão a fiscalização, o mais correto é que a aplicação da sanção se dê nos moldes dos art. 56 e 57 do Código de Defesa do Consumidor e pelo Decreto 2181/97 que já regem em nível nacional a matéria, evitando conflito de competências.



14:57 07/02/2012 000297 DE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 493/11

EMENDA DE
PLENÁRIO 02

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei 493/11, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade dos açougues e supermercados fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores que passa a ter a seguinte redação: 07/02/12

Art. 1º - Os Açougues, Supermercados ou Comerciantes de carnes em geral, ficam obrigados a expor em local visível aos consumidores, o nome, telefone, endereço do frigorífico fornecedor do produto colocado à venda, bem como o prazo de validade do produto.

Salã das Sessões, 07 de fevereiro de 2012.

Deputado Fernando Scanavacca
PDT

NELSON
GARCIA

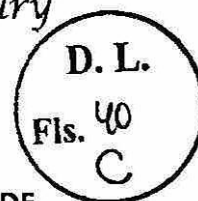
MARLA TUREK

ACORSI

RASCA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER ÀS EMENDAS DE PLÊNARIO 01 E 02 OFERECIDAS AO PROJETO DE
LEI Nº 493/11

Projeto de Lei nº 493 /11

Autores das emendas: Deputado Ademar Traiano (Emenda 01) e
Deputado Fernando Scanavaca (Emenda 02)

PREÂMBULO

As presentes emendas de plenário ao Projeto de lei, de autoria a primeira do nobre Deputado Ademar Traiano e a segunda do Deputado Fernando Scanavaca, objetivam acrescentar artigos ao projeto de Lei nº 493/2011.

FUNDAMENTAÇÃO

I -Emenda de Plenário 01.

Inicialmente, a Emenda Aditiva de Plenário 01, de autoria do nobre Deputado Ademar Traiano, visa alterar o artigo 2º e acrescentar parágrafo único no referido artigo ao Projeto de Lei 493/2011.

Destarte, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Aditiva em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33. A. Cabe à Comissão de Cosntituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 41
C

estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda o regimento Interno desta Casa de leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivo relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado classificando-se como aditiva, vide § 4º deste artigo, aquela proposição que se acrescenta à outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 42
C

Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar nº 95/98.

II - Emenda de Plenário 02.

Conforme argumentação utilizada para análise da Emenda de Plenário 01, respaldada no Regimento Interno desta Casa legislativa, com especial referência aos artigos 33- A, I, 141, I, e 137, § 4º, verifica-se que foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados (fls 32/33 do PL), estando coerente com os ditames constitucionais.

Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO da Emenda de Plenário 01, bem como Emenda de Plenário 02.

Sala das Comissões, em 28 de fevereiro de 2011.

DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

DEPUTADO NELSON JUSTUS
RELATOR
PRESIDENTE

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PROJETO DE LEI Nº.

602/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 AGO 2011

1º Secretário

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei nº 15.563, de 04 de julho de 2007, que dispõe, sobre a implantação de programas de conscientização que tratam da importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em órgãos da Administração Pública.

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 15.563, de 04 de julho de 2007, que dispõe, sobre a implantação de programas de conscientização que tratam da importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em órgãos da Administração Pública, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Os órgãos da Administração Pública Estadual, Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, deverão promover para seus funcionários, programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus departamentos, sobretudo de papel, observada a disponibilidade existente no mercado, de materiais de expediente confeccionados em papel reciclado ou com certificação florestal FSC (Forest Stewardship Council).

§ 1º - Como material de expediente de uso diário, entende-se: envelopes, cartões, formulários, blocos, rascunhos, notas, recibos, papéis timbrados, publicações, processos, boletins, embalagens e de uso similares.

§ 2º - Dentre os programas de que trata o caput do Art. 1º, poderá ser adotado gradativamente pelos três poderes, a coleta seletiva dos materiais ali gerados.

Art. 2º - Para os efeitos do disposto nesta Lei, entende-se como papel reciclado, aquele que possuiu em sua composição, pelo menos 50% (cinquenta por cento) de material obtido a partir do reaproveitamento de papel usado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



§ 1º - A certificação florestal FSC (Forest Stewardship Council) promovida pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, serve para identificar os produtos originados de florestas manejadas de forma responsável.

Art. 3º - Fica facultado ao Executivo, Legislativo e Judiciário, a adoção de processo de progressão com percentuais de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano na substituição do uso de papel não clorado dos materiais de expediente tratados no § 1º do Art. 1º, ficando abolida a utilização de papel clareado a cloro no prazo máximo de 04 (quatro) anos no âmbito dos poderes.

§ 1º - O Poder Executivo poderá adotar gradativamente, nas proporções e prazos estabelecidos no caput deste Artigo, a adoção do papel reciclado nos materiais escolares entregues às escolas da Rede Pública de Ensino.

Art. 4º - Na margem de todos os materiais de expediente timbrados, confeccionados com papel reciclado será impressa a expressão: "Papel reciclado, menor custo ambiental".

Art. 5º - Fica o Poder Executivo responsável pela regulamentação da presente lei.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões em, 25 de julho de 2011

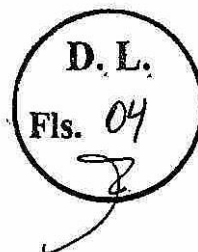
RASCA RODRIGUES

Deputado Estadual - PV



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

As alterações ora propostas têm como objetivo ajustar os termos da Lei n. 15.563, de 04 de julho de 2011, que dispõe sobre a implantação de programas de conscientização que tratam da importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em órgãos da Administração Pública.

Dentre as principais alterações inicialmente estão: a citação clara dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a questão da certificação florestal FSC (Forest Stewardship Council) concedida pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, que serve como identificação para os produtos originados de florestas manejadas de forma responsável. Além disso, o novo texto traz especificações técnicas sobre a composição do papel denominado de reciclável e dá frase a ser impressa na margem de todos os materiais de expediente utilizados no âmbito da administração pública dos três Poderes.

É sabido que o papel reciclado é o resultado do reaproveitamento de papéis descartados para fazer papel novo. Tal processo, além de minimizar o desmatamento, ainda tem como benefício a menor poluição da água, do ar e do menor consumo de energia elétrica em sua produção em relação ao processo convencional de papel a partir da celulose virgem.

Ao se utilizar o papel oriundo de reflorestamento, e com certificado FSC há garantias de que sua procedência não é fruto do desmatamento irregular e predatório das florestas brasileiras e sim proveniente do manejo correto da flora de forma sustentável.

Solicitó o apoio dos nobres pares desta casa, na aprovação da matéria, por ser a mesma parte importante do novo modelo que vem sendo implantado em nosso Estado, baseado na conscientização dos agentes públicos e do funcionalismo, em geral no que tange a sustentabilidade do nosso planeta.

R



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
16

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 602/11

Projeto de Lei nº 602/11
Autor: Deputado Estadual Rasca Rodrigues

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei, altera dispositivos da Lei nº 15.563, de 04 de junho de 2007, que dispõe sobre a implantação de programas de conscientização que tratam da importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em órgãos da Administração Pública.

EMBASAMENTO JURÍDICO

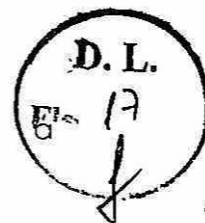
Verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Corrobora deste entendimento,
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Federal em seu art. 24, inciso VI, sobre a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção ao meio ambiente:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Ainda, a Constituição Federal aduz que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações:

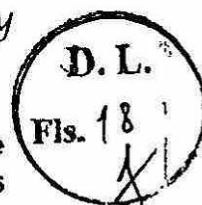
Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Neste sentido a Constituição Estadual estabeleceu em seu artigo 207:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



preserva-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Tendo em vista que cabe a esta Casa de Leis dispor sobre Direito Tributário, não há óbice quanto à iniciativa legislativa.


No que se refere a lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida em tela acarretará acréscimo orçamento e financeiro.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98.

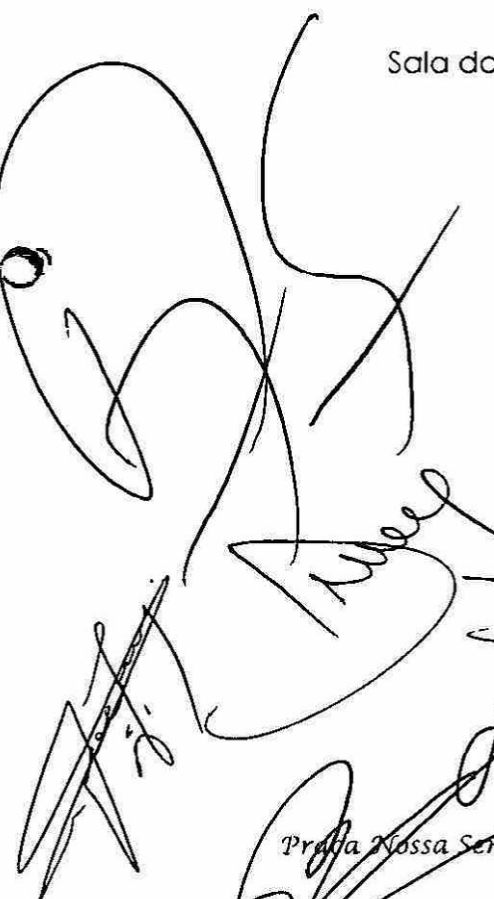


CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela Aprovação do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 19 de ~~NOVEMBRO~~ de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR




Prata Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE **Parecer ao Projeto de Lei nº 602/11**

Projeto de Lei nº 602/2011
Autor Dep. Rasca Rodrigues

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Rasca Rodrigues, de nº 602/2011, "*Altera dispositivos da Lei nº 15.563 de 04 de julho de 2007, que dispõe sobre a implantação de programas de conscientização que tratam da importância da redução de consumo. Reutilização e reciclagem de materiais utilizados, em órgãos da administração pública*";, o presente projeto de lei teve anexado um outro projeto de autoria do Dep. Dr. Batista, PL 810/2011, que por tratarem de tema correlato foram apensado.

O Projeto de Lei recebeu parecer favorável quanto a sua legalidade e a sua constitucionalidade por meio da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, e após foi enviada a esta comissão para parecer oportuno. A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, por prerrogativa do art. 33-k, deve emitir parecer sobre todas as proposições que "interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais".

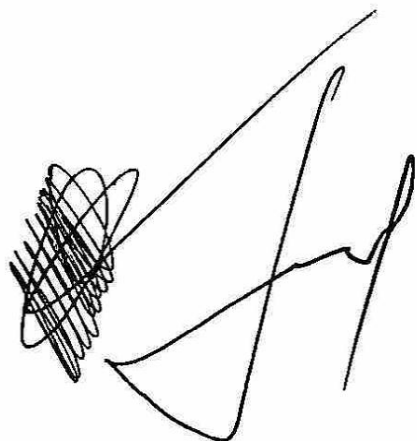
Pretende o nobre parlamentar modificar a Lei estadual nº 15.563/2007 que disciplina a adoção de material de expediente cuja matéria prima seja o papel. A intenção do autor e da própria lei alterada é além de disciplinar o uso, criar mecanismos de conscientização quanto ao consumo, adotando o conceito dos três Rs (Redução, reutilização e reciclagem), com ênfase no papel.

Diante de todo o relato, e diante da importância ambiental, somos, s.m.j., pelo parecer FAVORÁVEL, devendo o projeto seguir seu regular trâmite regimental.

Sala das comissões, 14 de dezembro de 2011.


DEP. RASCA RODRIGUES
Presidente em exercício da CEMA


DEP. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator









Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 602/2011

(Anexado ao Projeto de Lei nº 810/2011)

Projetos de Lei nº. 602/2011 e 810/2011

Autores: Dep. Rasca Rodrigues / Dr. Batista

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 15.563, de 04 de julho de 2007, que dispõe, sobre a implantação de programas de conscientização que tratam da importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em órgãos da Administração Pública.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, tem por objetivo alterar a Lei Estadual nº 15.563, de 04 de julho de 2007, que por sua vez determina que os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional poderão promover programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos. Visa dar um caráter obrigatório ao objeto da Lei citada e ampliar sua abrangência aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de exigir que os materiais de expediente sejam dotados de certificação florestal FSC (Forest Stewardship Council) e especificar alguns conceitos e formas de implantação do programa.

Por se tratar do mesmo assunto, a ele foi anexado o Projeto de Lei 810/2011, de autoria do Deputado Dr. Batista, que obriga os órgãos da administração direta e indireta do Estado a adquirir apenas papeis que possuam certificação que comprove que a madeira utilizada na sua fabricação provem de plano de manejo sustentável.

Os projetos receberam pareceres favoráveis na Comissão de Constituição e Justiça no dia 29/11/2011, tendo como Relator o Deputado Evandro Júnior e na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, no dia 14/12/2011, tendo como Relator o Deputado Luiz Eduardo Cheida, sendo agora esta Comissão



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura



chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-E do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere a análise temática desta Comissão, entendemos que os Projetos de Lei vem apenas no sentido de ampliar a área de abrangência da Lei promulgada em 2007, além de aperfeiçoá-la, incluindo conceitos, especificações e graduando a substituição dos materiais de expediente.

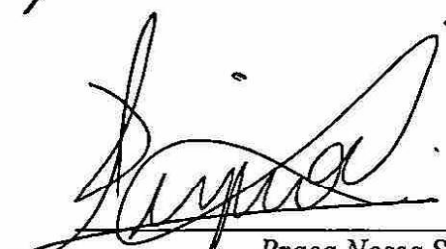
É importante observar a inclusão, por ambos os projetos, da referida certificação florestal, que é concedida pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal e garante que tais produtos são originados de florestas manejadas de forma responsável ou de reflorestamento e não são fruto de desmatamento irregular e predatório.

Desta forma, acreditamos na importância do projeto para um tratamento ambiental diferenciado e não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, razão pela qual o parecer é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2012.


HERMAS BRANDÃO JR
Presidente


ANIBELLI NETO
Relator

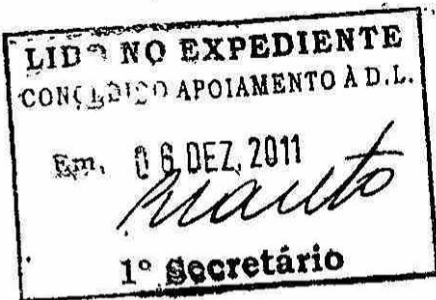

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 945/11



Súmula: Institui a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. Institui a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná.

Art. 2º. Fica inserida no calendário estadual a realização da Expo Londrina como Feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná nos meses de abril de cada ano.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06/12/11

Hermas Junior
Deputado Estadual

15:00 06/12/2011 010868 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa instituir a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e inserindo a sua realização nos meses de abril de cada ano no calendário oficial do Estado.

A Expo Londrina é a maior feira agroindustrial da América Latina, tradição de anos a fio da Sociedade Rural do Paraná. Realizada na cidade de Londrina, norte paranaense, tem por intuito o progresso da agricultura, pecuária, indústria e comércio do Estado. Atrai pessoas de todas as regiões do Brasil e do exterior. Geralmente a feira é realizada em onze dias, com várias atrações, como festas, shows com cantores famosos, rodeio, parque de diversões, boa comida, leilões, feiras de artesanatos e culinária, festa de escolha da Rainha da exposição.

A cidade de Londrina, quando da realização da feira agropecuária, a ela se dedica integralmente. Além dos agricultores e pecuaristas que vão até a feira e movimentam aproximadamente 20 milhões de reais com maquinários e animais, a feira também atrai pessoas comuns que estão dispostas à diversão.

A Expo Londrina influencia até a moda londrinense durante sua estadia na cidade. É comum notar as pessoas usando botas country, cintos com enormes fivelas e chapéu, dando o clima rural da exposição, complementada pela música sertaneja ao fundo.

A Expo Londrina movimenta milhões todo ano. São negociados maquinários de última geração, animais de porte, como gado, cavalos entre outros, nos quais os preços podem passar facilmente de um milhão e meio de reais. Várias empresas automobilísticas também se instalam no parque, à espera de maiores lucros.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls: 04

O Paraná ganha também com o turismo, alimentação e moda. Há quem diga que a Expo Londrina significa para o Estado do Paraná o mesmo que o carnaval para o Rio de Janeiro ou o festival de rodeio para Barretos. Para o ano de 2012, os organizadores estimam que seja a maior feira de todos os tempos.

Por isso, peço aos meus pares que votem favoravelmente a este Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



REQUERIMENTO



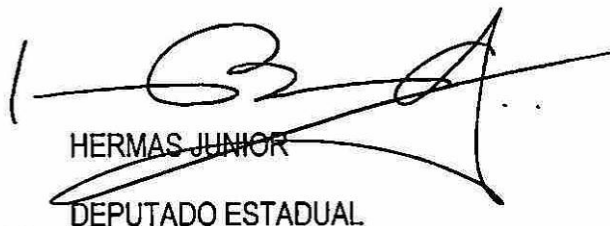
SÚMULA: REQUER URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 945/2011

Exmo. Senhor Presidente

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas legais, requer URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI nº 945/2011, de sua autoria, que INSTITUI A EXPO LONDRINA COMO A FEIRA AGROPECUÁRIA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Tal requerimento se justifica, tendo em vista que a feira realizar-se-á de 05 a 15 de abril, pelo que, relevante que o Projeto de Lei tramite nesta Casa e seja levado à apreciação do Exmo. Senhor Governador em data anterior à realização da feira.

Sala de Sessões, 13 de fevereiro de 2012


HERMAS JUNIOR
DEPUTADO ESTADUAL

Anotação - Projeto
Vista - no respectivo
Maurício Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

14:33 13/02/2012 000616 DEP. RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 945/11

Projeto de Lei nº 945/11

Autor: Deputado Estadual HERMAS JUNIOR

Súmula: Institui a Expo Londrina como a feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná e da outras providências.

EMENTA: INSTITUI A EXPO LONDRINA COMO A FEIRA AGRIOPECUARIA OFICIAL DO ESTADO DO APARANÁ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONTITUIÇÃO ESTADUAL, APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Hermas Junior, objetiva instituir a Expo Londrina como a Feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Portanto, não há óbice ao prosseguimento do projeto.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



CONCLUSÃO

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 07 de fevereiro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

REGIME DE URGÊNCIA

Indicar
14/02/12
CS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 945/2011

**SÚMULA: INSTITUI A EXPO LONDRINA
COMO A FEIRA AGROPECUÁRIA
OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**EMENTA: PARECER FAVORÁVEL DA
CCJ. DEMONSTRAÇÃO DE
RELEVÂNCIA DA EXPO LONDRINA
PARA O ESTADO DO PARANÁ E PARA
O SETOR DO AGRONEGÓCIO.
PARECER FAVORÁVEL**

Trata o presente de Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermas Junior que visa instituir a EXPO LONDRINA como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e dá outras providências.

Em sua justificativa, ressalta o autor do Projeto que a referida feira é a maior feira agroindustrial da América Latina e tem por intuito o progresso da agricultura, indústria e comércio do Estado, movimentando cerca de 20 milhões de reais com maquinários e animais, bem como, atrai pessoas para a diversão, influencia a moda na região, atrai empresas automobilísticas, desenvolve o turismo e a gastronomia.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA



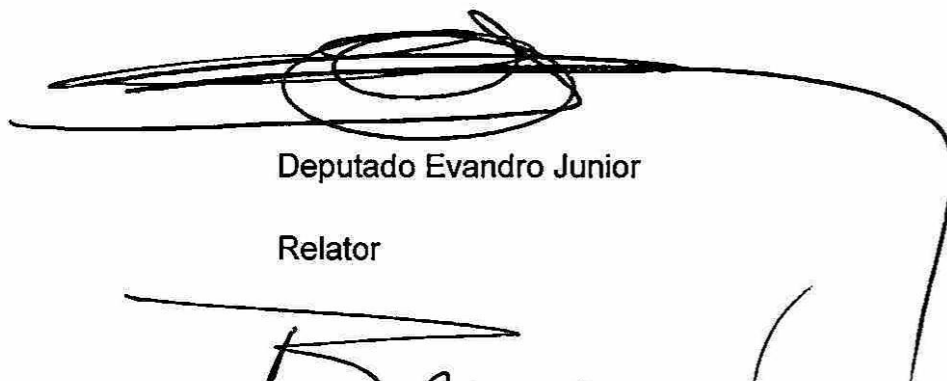
A levar em conta que a realização da feira tem se mostrado de relevância ímpar para o setor e para o Estado do Paraná, inexistindo outra similar, não vislumbramos óbices para a aprovação do Projeto de Lei, o qual, aliás, pela titulação, fará com que a feira se notabilize ainda mais no Brasil e em diversos outros países que se mostram interessados no agronegócio.

Pelo exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala de Sessões, 29. de fevereiro de 2012


Deputado Hermas Junior

~~Presidente~~ vice-presidente


Deputado Evandro Junior

Relator


Ami


Presidente
em Função.
D. 29.02.12.





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 945/2011

Projeto de Lei nº. 945/2011

Autor: Deputado Hermas Brandão Jr

Súmula: Institui a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão Júnior, tem por objetivo instituir a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná, além de inserir a data de sua realização, no mês de abril, no Calendário Oficial do Estado.

A Expo Londrina é a maior feira agroindustrial da América Latina, realizada na Cidade de Londrina, e visa auxiliar no progresso da agricultura, pecuária, indústria e comércio na região. Normalmente tem a duração de onze dias, atrai pessoas do Brasil e do exterior com festas, shows, parques de diversões, comida, leilões, feiras artesanais e de culinária, etc. Movimenta aproximadamente 20 milhões de reais com maquinários e animais, além do montante arrecadado através do turismo, como em hotelaria e alimentação.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 07/02/2012, tendo como relator o Deputado Nereu Moura, e da Comissão de Agricultura, no dia 29/02/2012, tendo como relator o Deputado Evandro Júnior, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo

D. L.
Fls. 39
C

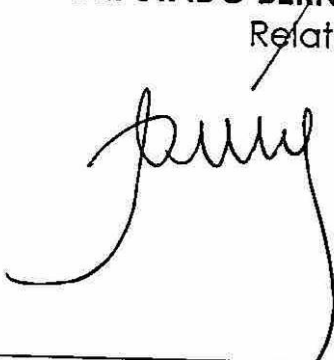

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, considerando a grandiosidade da feira e que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 06 de março de 2012.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 002/12.

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de dezembro de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de dezembro de 2011.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 29 de fevereiro de 2012.



DEPUTADO DÚLIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas



DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 014/2012

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a Proposição em tela, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de dezembro de 2011, regulamentado pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria em epígrafe, em atendimento a essas despesas, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo sua aprovação, dada a sua exatidão.

Assim sendo, conclui este Relator, pela aprovação da presente Proposição.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala as Comissões em, 29 de fevereiro de 2011


DEPUTADO DÚLIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO ALEXANDRE CURTI
Relator

